



A FORÇA DOS ESTEREÓTIPOS: DIFICULDADES PARA A EXPRESSÃO DE OUTROS MODOS DE EXISTÊNCIA

Maria da Conceição Nascimento¹

Resumo: Neste artigo discutimos a ação dos estereótipos raciais na produção de modos de ver e sentir a realidade. Embora sejam generalizações feitas sobre negros e brancos eles influenciam sobremaneira as relações que se estabelecem entre eles. Inicialmente nos remetemos às circunstâncias históricas que favoreceram a emergência de tais generalizações: escravismo colonial e o projeto de modernidade, caracterizado pela exclusão e marginalização da população negra, e a consequente política de embranquecimento, condições favoráveis para o preconceito racial contra essa mesma população. Destaque também para o silenciamento sobre a escravidão e negação do racismo. Em seguida discutimos os efeitos desses estereótipos no cotidiano dos/as negros/as brasileiros/as, em especial os efeitos sobre a saúde mental.

Palavras-chave: estereótipos raciais; população negra; saúde mental.

THE STRENGTH OF STEREOTYPES: DIFFICULTIES FOR THE EXPRESSION OF OTHER MODES OF EXISTENCE

Abstract: In this article we discuss the action of racial stereotypes in the production of ways to see and feel reality. Although they are generalizations made about blacks and whites, they greatly influence the relations that are established between them. Initially we refer to the historical circumstances that favored the emergence of such generalizations: colonial slavery and the project of modernity, characterized by the exclusion and marginalization of the black population, and the consequent policy of whitening, favorable conditions for racial prejudice against the same population. Also noteworthy is the silencing of slavery and denial of racism. We then discuss the effects of these stereotypes on Brazilian blacks' daily lives, especially the effects on mental health.

Key-words: racial stereotypes; black population; mental health.

LA FORCE DES STÉRÉOTYPES: DIFFICULTÉS POUR L'EXPRESSION DES AUTRES MODES D'EXISTENCE

Résumé : Dans cet article, nous discutons de l'action des stéréotypes raciaux dans la production de façons de voir et de ressentir la réalité. Bien qu'elles soient des généralisations sur les Noirs et les Blancs, elles influencent grandement les relations qui s'établissent entre elles. Nous nous référons d'abord aux circonstances historiques qui ont favorisé l'émergence de telles généralisations: esclavage colonial et projet de modernité, caractérisés par l'exclusion et la marginalisation de la population noire, et par conséquent la politique de blanchiment, conditions favorables aux préjugés raciaux contre la même population. On notera également le silence de l'esclavage et le déni du racisme. Nous discutons ensuite des effets de ces stéréotypes sur la vie quotidienne des Noirs brésiliens, en particulier les effets sur la santé mentale.

Mots-clés: stéréotypes raciaux; population noire; santé mentale.

¹ Maria da Conceição Nascimento – Psicóloga Clínica, Mestre e doutoranda em Psicologia Clínica / UFF, Especialista em Raça, Etnias e Educação no Brasil/UFF.



LA FUERZA DE LOS ESTEREOTIPOS: DIFICULTADES PARA LA EXPRESION DE OTROS MODOS DE EXISTENCIA

Resumen: En este artículo discutimos la acción de los estereotipos raciales en la producción de modos de ver y sentir la realidad. Aunque son generalizaciones hechas sobre negros y blancos ellos influyen sobremanera las relaciones que se establecen entre ellos. Inicialmente nos referimos a las circunstancias históricas que favorecieron la emergencia de tales generalizaciones: esclavismo colonial y el proyecto de modernidad, caracterizado por la exclusión y marginación de la población negra, y la consiguiente política de blanqueamiento, condiciones favorables para el prejuicio racial contra esa misma población. Destaca también para el silenciamiento sobre la esclavitud y negación del racismo. En seguida discutimos los efectos de estos estereotipos en el cotidiano de los / las negros / as brasileños / as, en especial los efectos sobre la salud mental.

Palabras-clave: estereotipos raciales; población negra; salud mental.

PRA INÍCIO DE CONVERSA,

“Foi o primeiro passo realmente grande para o caminho da autodegradação: suportar aquela dor, literalmente queimar minha carne só para fazer com meus cabelos fossem parecidos com os de um branco. Eu me juntava à multidão de homens e mulheres negros da América que sofreram uma lavagem cerebral tão grande até acreditarem que os pretos são inferiores e que devem mesmo violar e mutilar os corpos que Deus criou para tentar parecer “bonitos” pelos padrões dos brancos” (Malcom X – Autobiografia de Malcom X)

O que Malcom X nos revela em sua autobiografia – ao falar das pressões que sofrera no colégio, especialmente quando quis ser presidente de sua turma no ginásio, e teve que alisar os cabelos – se assemelha bastante ao que negros/as têm vivido cotidianamente. Com algumas variações, a impossibilidade de agir naturalmente e a obrigação de portar-se de acordo com o padrão estético dominante, é uma constante. Que o digam os/as candidatos/os a determinadas profissões ou moradores das periferias das cidades, quando forçados a abdicarem do uso de determinadas roupas e/ou penteados, obrigando-se a apagar em si mesmos/as tudo que denuncia sua singularidade, a começar pelos cabelos, os quais tinham que ser alisados, como o fez nosso depoente; era um jeito de tentar igualar-se aos brancos assim obter seu reconhecimento. Cremos poder afirmar que, atualmente, para além da necessidade desse reconhecimento, há a preocupação em “não parecer-se com”, posto que, em algumas circunstâncias, corre-se inclusive risco de vida.



Presos que estamos a algumas representações mentais sobre os diferentes grupos sociais e/ou raciais, podemos agir baseados em generalizações acerca de comportamentos ou características desses grupos, ou seja, em estereótipos.

Os estereótipos, apoiados em premissas quase sempre sem fundamento, comprometem a relação das pessoas entre si, e com elas mesmas porque possuem o agravante de determinar preconceitos – ideias e opiniões preconcebidas e negativas em relação aos grupos discriminados social ou racialmente. Os estereótipos são pressupostos sobre determinadas pessoas ou grupos e funcionam como um carimbo, um rótulo destituído de fundamento. Por exemplo, a expressão de surpresa diante de uma intelectual negra! Certamente porque tal posição não se coaduna com o rótulo que se tem sobre a raça negra e sobre a mulher. Podemos falar então que essa surpresa sinaliza uma visão estereotipada sobre raça e gênero.

O filme “Estrelas além do tempo” (2016)², do diretor Theodore Melfi ilustra bem a ação de estereótipos de raça e gênero. Há uma cena em que Katharine Johnson, a mulher que fez os cálculos da reentrada da cápsula espacial na atmosfera, é “confundida” com a encarregada da limpeza, ou seja, naquele ambiente uma mulher negra só poderia estar em posição subalterna. Ela não teria os atributos que lhe facultariam executar tarefas que “só” os homens teriam aptidão para exercê-las. E homens brancos! Estes sim – diferentemente dos homens negros que, “melhor dotados fisicamente, mais afeitos ao trabalho braçal” – teriam mais aptidão para o cálculo, raciocínio lógico mais desenvolvido, enquanto as mulheres, pouco racionais, seriam incapazes de agir com objetividade, ocupando-se das tarefas mais simples.

Pois bem, todos esses atributos dedicados às mulheres e aos homens, negros ou não, são suposições, eles na realidade não se sustentam, porém têm força suficiente para alimentar atitudes preconceituosas. Podemos então afirmar que os estereótipos alimentam preconceitos que por sua vez conduzem à discriminação de pessoas e/ou grupos. Os estereótipos têm origem na desinformação ou na informação distorcida da

² O filme, baseado em fatos reais, conta uma história praticamente desconhecida. Aconteceu nos anos 1960, quando as leis de segregação racial ainda estavam em vigor nos Estados Unidos, um grupo de mulheres foi fundamental para o avanço tecnológico que permitiu a ida do primeiro americano ao espaço. Essas mulheres – todas negras – foram responsáveis pelos complicados cálculos matemáticos envolvidos na missão.



realidade, posto que decorrentes da atribuição de qualidades ou defeitos aos diferentes grupos humanos, sem considerar as contingências históricas, sociais, econômicas etc.

Uma visão distorcida da realidade; com certeza já bastante questionada nos dias atuais, mas que ainda determina atitudes preconceituosas com relação à raça negra e à mulher. Neste trabalho vamos nos ater aos efeitos dos estereótipos racistas.

O texto em epígrafe no início deste trabalho explicita um movimento em direção à afirmação de outro modo de existência antes tido como inferior e necessitado de correção para alcançar certo padrão de beleza. Cremos poder afirmar que ele resume muito bem o que queremos apontar nesse trabalho: em que medida homens negros e mulheres negras são instados/as a agir em conformidade com os padrões estabelecidos conquanto ser esta a condição para se sentirem adequados à sociedade em que vivem. Padrões obviamente relacionados à raça. Não há de nossa parte a pretensão de esgotar o assunto, mas levantar algumas questões acerca dos estereótipos raciais.

A COR ENTRA EM CENA

Malcom X nos revela ainda que só conseguiu mudar o que pensava acerca de si mesmo e o seu posicionamento, buscando expressar-se livremente, quando abandonou o ideal de ser o que a sociedade esperava dele, quando deixou de desejar ser branco, quando parou de incorporar em sua vida valores e tradições, considerados melhores e mais adequados, mas que pouco ou nada lhe acrescentavam no sentido de expandir suas possibilidades de crescer como pessoa. Seu depoimento ilustra, de forma sucinta, um processo que vem de muito longe e que tem seus primórdios na escravização de milhões de homens e mulheres que são obrigados a esquecer de seus referenciais a partir de sua captura em solo africano e a assumir como seus os valores e as tradições do colonizador, internalizando-os como signos de beleza, nobreza e progresso.

Nesse processo, homens e mulheres são destituídos de todos os elementos que lhes confere uma singularidade. Torna-se imperioso embranquecer. Se não é possível na pele, há que ser nos hábitos e nos costumes. A escravidão foi um processo, no qual os africanos e seus descendentes são destituídos da sua humanidade, posto serem tratados como coisa; comercializados são equiparados a objetos, não eram pessoas e sim



“propriedade de indivíduos humanos – os ‘senhores de escravos’” (ACRI, 2007, p. 40). Os senhores são brancos; os escravizados – coisas, são negros, logo, temos aí a humanidade sendo associada à brancura. A esta “se atribui uma positividade, um ideal de beleza, uma racionalidade” (Nascimento, 2005, p.88).

Cabe aqui uma indagação, por que tal acontece e que mecanismos sustentam essa concepção de mundo? Por que a crença na superioridade do branco, a despeito de algumas de suas ações e atitudes nem sempre serem dignas de admiração? “O branco condenou milhões e milhões de seres humanos à mais abjeta e degradada miséria física e moral” (Costa, 1983, p. 5), entretanto isso não o desqualifica, tampouco tal atitude é estendida ao seu grupo; é como se tivessem licença para assim agirem, a sua brancura não é atingida. O que não sucede com o negro cuja atitude mesmo isolada é creditada a todo o seu grupo, notadamente, em se tratando de ações e atitudes pouco recomendáveis. É como se todo o grupo fosse suscetível a tal modo de agir. A brancura não é atingida “porque detém o olhar do negro antes que ele penetre a falha do branco. A brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independente de quem a porta enquanto atributo étnico ou, mais precisamente, racial” (Idem, p. 4). Nós acrescentamos algo mais a essa análise que é a não racialização do branco. Durante muito tempo se discutiu a “problemática do negro”, as questões ligadas à negritude, sem, contudo, se atentar que a negritude tem seu correlato, a branquitude, esta nunca posta em análise.

Reafirmamos, portanto, o entendimento de que a reificação da brancura impede que a mesma seja percebida como algo inventado num dado momento da História.

A brancura só passou a ser entendida como um traço comum entre as diferentes ascendências quando grupos de colonizadores – portugueses, espanhóis, ingleses – passaram a empregar a mesma na construção de um argumento legitimador dos interesses de exploração e dominação sobre os demais grupos, os quais foram classificados posteriormente como “não brancos” (Bastos, 2016, p. 214).

Essa “invenção” se dá em meados do século XV, quando se tem início o expansionismo europeu; até então “o paradigma da inclusão ou exclusão na categoria dos humanos não estava centrada na cor, mas na aceitação religiosa” (Bastos, 2016, p. 215), cristão ou não cristão.



Em resumo, a invenção da brancura é contemporânea do processo de expansão europeia, a qual incluiu os habitantes dos continentes Americano e Africano apenas como mão-de-obra e matéria prima para a construção e acumulação de riquezas. A partir de então, indígenas e africanos são incorporados aos projetos das nações europeias, a partir de um lugar bem definido socialmente, qual seja o de fornecedores de braços para as lavouras e posteriormente para as minas. Subjugados pela força das armas, não têm mais nome, tribo, nacionalidade, cultura, costumes ou religião. “O escravismo colonial abrangeu povos africanos muito diversos. Pessoas diversas, falando idiomas muito diversos e, no entanto, unificadas como uma nação de inferiores que prestava igualmente para a moenda dos engenhos” (Gonçalves Filho, 2017, p. 145).

Assim, toda a diversidade que remete ao continente africano fica invisível, fica proibida de expressão. Apenas um traço dessa pluralidade entra em superexposição – o corpo negro. Este foi “substancializado, como que separado da pessoa. E rebaixado, observado sob um ângulo muito abstrato e como signo de inferioridade” (Idem). É neste lugar que o negro se fixa e tem dificuldade de se expressar, senão a partir do que foi designado como apropriado para ele.

O que os africanos viveram antes do encontro com os europeus e que teimosamente insistiram em manter passou a ser visto como obstáculo ao chamado progresso. Afinal a escravização era justificada, inclusive, pela necessidade de resgatar essas criaturas. “A escravidão era pensada como condição necessária para a realização de uma missão redentora” (Carneiro, 2005, p. 26). Mas é com a emergência do racismo científico, no final do século XIX, que vimos inauguradas novas formas de assujeitamento racial, agora com base na “inferioridade” da raça negra; aí já não mais por critérios filosóficos ou religiosos, mas é a ciência positivista que afirma e difunde um saber e uma verdade sobre os negros com base na existência de uma hierarquia racial.

A diferença biológica associada à sua cor era associada também à inferioridade. Essa construção, ao longo da história, estabelece uma polarização entre o branco e o negro, estando o primeiro identificado com os aspectos positivos da humanidade – bonito, limpo, educado, inteligente, generoso etc. – e o negro identificado com os aspectos negativos – feio, burro, incapaz, violento. (ACRI, 2007, p. 40).



A suposta inferioridade dos negros, construída historicamente e com a ajuda da ciência (séc. XIX), justificou a escravização e principalmente a marginalização e exclusão dos mesmos na “nova” estrutura social que se estabelece com a abolição e a instauração da república. Nunca é demais frisar que tal exclusão era explicada pelo pensamento social brasileiro como decorrente da própria constituição da população brasileira e da herança da escravidão. “Efetivamente, o racismo que nasce no Brasil associado à escravidão, consolida-se após a abolição, com base nas teses da inferioridade biológica dos negros e difundindo-se como matriz interpretativa do desenvolvimento nacional” (Theodoro, 2008, p. 28). São abandonados à própria sorte, sob a alegação de que não estariam aptos para atender as demandas do novo modo de produção em implantação no país. Não há lugar para eles que não seja o de trabalhar nas atividades de menor prestígio social, ou seja, os negros são integrados de maneira subordinada na nova ordem social.³

ESQUECE... POR QUE, E PRA QUE, FALAR DISSO?

*Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando
(Antônio Bispo dos Santos-
Colonização, Quilombos: modos e significações)*

Temos então um contingente populacional cujos descendentes padecem da “falta” de informações sobre seu passado, posto que lhes foi subtraída a memória de seu passado africano, assim como a de sua saga nesse país. Os escravizados e libertos assim como outros segmentos empobrecidos da população foram protagonistas de muitas lutas por melhores condições de vida, no entanto, a maioria de nós desconhece esses feitos.

³ É crucial atentar para esses detalhes porque eles explicam como a república se estruturou, isto é, a partir da exclusão da população negra do acesso aos bens e a riqueza do país. Esta ordem pouco se modificou até os dias atuais.



O processo de escravização retirou dos africanos “o referencial histórico-cultural e sua identificação com a coletividade a que pertencem.” (Nascimento, 1996, p.19), reduzindo-os à condição de “negros”. Essa falta de referência histórica impede a construção de “uma auto-imagem digna de respeito e auto-estima” (Idem). Via de regra, quando se remete à herança africana se aponta a música, o esporte, a culinária, destacando a “contribuição negra” apenas na “esfera do lúdico, afastando a atividade intelectual, científica, política, econômica, erudita, técnica e tecnológica como atributos próprios à sua personalidade.” (Idem, p. 20). Constatamos, assim, de modo bem resumido, que a tentativa de apagamento da memória e a distorção da história africana contribuem para a “perpetuação da imagem dos “negros” como tribais, primitivos e atrasados”.

Memória usurpada não só pela escravidão, mas também pelo que se construiu após a abolição e vem se fazendo até ao momento atual. A produção do esquecimento foi e é uma das estratégias utilizadas tanto pela historiografia oficial, como pelos meios de comunicação de massa (Coimbra, 2001).

Procurando apagar da memória dos brasileiros qualquer ligação com o passado africano, a elite dominante faz que o negro, de modo geral, perca sua real identidade. Assim, poucos afro-brasileiros têm consciência de quem são, de onde vieram e para onde vão. E isso é terrível quando sabemos que toda pessoa é um elo vivo entre seus antepassados e sua descendência. (Lopes, 2008, p. 66).

Povos considerados sem história porque entre estes predominavam as culturas de tradição oral. A suposta inexistência da escrita no continente africano sempre foi um argumento utilizado pelos colonizadores para se autoproclamarem mais evoluídos. Afinal, estavam no topo da hierarquia racial como bem propugnavam as teorias racialistas. Ora, podemos aí apontar pelo menos alguns equívocos. Um deles é tomar a escrita como a forma fidedigna por excelência de descrever a realidade. O que por si só já prenuncia o desconhecimento acerca da tradição oral. É preciso ir mais fundo no sentido da oralidade.

Segundo Hampaté Bá, a oralidade – um valor tão especial para os povos africanos da região subsaariana – diz respeito a uma forma muito particular de transmissão de saber e de conhecimento. Mais do que um simples modo de relatar fatos e acontecimentos, trata-se de um entendimento de mundo no qual a palavra tem um valor inestimável já que existe aí uma ligação muito forte entre o homem e a palavra.



Aonde não tem escrita, vale o testemunho de quem profere a palavra porque esta encerra um testemunho daquilo que o homem é.

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. (Hampaté Bá, p. 168, s.d.)

Evidentemente que o racismo e o etnocentrismo durante muito tempo fizeram com que “as nações modernas – onde a escrita tem precedência sobre a oralidade e o livro constitui o principal veículo da herança cultural – julgassem os povos sem escrita como sem cultura” (Idem, p. 167).

O encontro dos europeus com os “outros” redundou no aniquilamento destes. O colonizador jamais considerou e tampouco aceitou a possibilidade de “os outros” também possuírem uma arte, uma estética, uma moral, um saber, uma ciência.

Proliferaram comentários jocosos acerca dos indígenas e africanos nos manuais didáticos. Africanos retratados como indivíduos cuja contribuição teria sido apenas a de braços nas lavouras e nas minas. África apresentada somente como lugar de onde vieram os escravos.

No entanto, a África, à época dos descobrimentos abrigava uma diversidade de povos e culturas.

No século XV, podemos afirmar que algumas populações africanas já haviam atingido um processo de evolução em tecnologia de transformação, de manipulação do ferro, na produção agrícola de subsistência e no manuseio do minério, por exemplo, que superava qualquer prognóstico das sociedades europeias. Nesse período, grandes reinados e impérios bem desenvolvidos podem ser reconhecidos no continente africano. Destaca-se pela refinada produção artística e pelas relações comerciais com sociedades árabes, indianas e asiáticas. Tais relações tiveram grande influência nas sociedades africanas das regiões Norte e Centro-oeste do continente (Silva, 2001, p. 20).

Todavia os negros foram obrigados a esquecer de tudo isso, ou melhor, lhes foi negado conhecer a história de seus antepassados.

“NARIZ AFILADO, NÃO TEM BEIÇO, PODE PASSAR POR BRANCO”



A frase, reproduzida acima, fragmento de um depoimento (Souza, 1983, p. 45), evidencia a tentativa de ocultar características fenotípicas indesejadas.

A ideia de sujeito escravizado porque atrasado, incapaz de produzir cultura, impede que os/as brasileiros/as tenham uma apropriação positiva de sua história. A desqualificação da sua cultura e da sua história faz o/a negro/a desejar ter nascido/a branco/a e na medida do possível, igualar-se ao branco (Nascimento, 2005).

Esse desejo aparece nos depoimentos colhidos por Neusa Santos Souza (1983) no livro “Tornar-se negro”; falas de homens e mulheres, cujas histórias de vida são um demonstrativo de como os/as negro/as são continuamente forçados a negar (ou esquecer) as próprias origens. Outrossim, as experiências de vida ali relatadas são uma amostra viva de como operam os estereótipos raciais, de modo que, na sua totalidade, os entrevistados/as falam de si mesmos a partir das expectativas que a sociedade branca, racista tem para com eles/as. Como a própria autora afirma:

Autodesvalorização e conformismo, atitude fóbica, submissa e temporizadora são experiências vividas por nossos entrevistados, humilhados, intimidados e decepcionados consigo próprios por não responderem às expectativas que se impõe a si mesmos por não possuírem um ideal realizável pelo Ego (Souza, 1983, p.41).

De minha parte, como terapeuta negra tenho buscado, junto àqueles e àqueles que me têm procurado demandando atendimento psicológico de uma psicóloga negra, construir um diálogo no qual possam falar das angústias decorrentes de sua pertença racial. De um modo geral, frequentemente ouço: “com você sei que posso falar desse assunto, sei que você vai me entender”.

Ser entendido/a, sentir que alguém dá legitimidade ao seu sofrimento porque escuta seu relato e não o considera fruto de uma imaginação fantasiosa. Uma escuta que já os alivia da grande tensão gerada pela produção de sentimentos agressivos como revolta, mágoa, rancor, medo reprimidos por anos a fio, sem encontrar espaço para elaboração de tudo isso devido à negação e sublimação do racismo. Talvez essas sejam um dos grandes entraves para a elucidação dos efeitos nefastos do racismo. Como provar a ocorrência de algo que é continuamente negado e encoberto pelo “mito da democracia racial” ainda vigente no nosso país? Somos o país da cordialidade entre as



raças, miscigenado, daí o esforço para superar (sublimação) as manifestações sutis ou explícitas de racismo, inclusive entre familiares.

Falar! Simplesmente poder falar! Falar de si, da dor de ser preterido/a, da dor de sentir o descaso da professora, da dor de não ser reconhecido/a como filho/a, pai ou mãe, da dor da escravidão... Esta, a dor sentida e silenciada. Para Grada Kilomba, (2010) esse impedimento à fala está expresso pela máscara que a escrava Anastácia é obrigada a usar e que a impede de falar: A máscara do silenciamento. Para ela, este instrumento de tortura simboliza a crueldade do colonizador que, ao impedir a fala do escravizado, também o impede de ter voz, o confina ao lugar de cativo. Reduzido a um corpo que trabalha, a um corpo negro, o que restou depois de extraído tudo o que pudesse expressar uma singularidade.

Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento dos (as) chamados (os) ‘Outros (as)’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (Kilomba, 2010, 172)

Embora tenha sido suspenso o uso explícito da máscara, os seus efeitos ainda se fazem sentir quando, por exemplo, os adeptos das religiões de matriz africana são impedidos de exibir os elementos distintivos de sua pertença religiosa e são alvos de intolerância. Isso ocorre não só de forma ostensiva, mas também de forma silenciosa quando apenas os elementos do cristianismo, por exemplo, são apresentados como mais evoluídos e como valores universais. Uma forma de fazer calar outras expressões religiosas e culturais.

Podemos constatar a ocorrência de espaços e/ou situações que sempre favoreceram sustentação de distorções a respeito das matrizes negras, sejam no âmbito das religiões, da família, das manifestações culturais, nos meios de comunicação (em jornais e revista, nos quais a imagem de negros/as é quase sempre apresentada de forma grotesca, associadas à criminalidade ou em situações de extrema pobreza). Não podemos deixar de mencionar, dada a sua importância na nossa sociedade, o espaço da educação formal – a escola. Ali é “um lugar onde a criança alimenta subliminarmente a figura do ‘negro caricatural’” (Ferreira, 2002, p. 75). Para esse autor, a escola reproduz a “mesma estrutura de relação que se dá na sociedade brasileira como um todo” (Idem), desse modo,



[...] a escola, em vez de ser um lugar de reversão do problema, estimula os estereótipos sociais relativos a essa população e a submissão do afrodescendente aos valores brancos, [...]. Apoiando-se numa visão de mundo histórico-cultural eurocêntrica, cria um processo pedagógico tal que leva o afrodescendente a inibir sua capacidade de advogar seus interesses culturais, políticos e econômicos aos quais têm direito como cidadão. Sua história é interpretada de maneira distorcida.[...] As noções de beleza são derivadas de uma estética ‘branca’, usada como ‘referência correta’, positiva, racional e bem desenvolvida, levando, em decorrência a uma desvalorização da estética negra, encarada como exótica, emocional e primitiva, qualidades consideradas ‘menores’ (Idem, p. 75-76).

Restou/resta à população negra falar a partir do que era/é visto como correto. E o correto é recusar o corpo negro, inferiorizado, posto que reduzido à condição de escravo da qual só pode redimir-se assumindo os valores da cultura europeia, branca, civilizada e humana, por excelência.

A introjeção do ideal de branqueamento pela população negra e branca no Brasil trouxe consequências muito sérias para a construção da identidade do negro e formação de sua autoestima. Não ser branco/a criou um sentido de inferioridade e de não pertencimento à categoria dos humanos, trazendo consequências graves à saúde psíquica da população negra.

A reversão desse estado de coisas é a condição de possibilidades de os negros alcançarem a saúde psíquica. O que ocorrerá mediante a recusa em submeter-se às exigências de uma sociedade que os coloca em condição de inferioridade, obrigando-os, aberta ou sutilmente, a recorrerem a uma série de artifícios para compensar o “defeito” de ter nascido negro, o que vai se dar à custa de muito sofrimento, posto que “o negro que elege o branco como Ideal do Ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante” (Souza, 1983, p. 43). Para reverter esse estado é preciso uma atitude de recusa frente às demandas que lhe são impostas. Segundo Neuza, a condição de cura dessa ferida exige do/a negro/a

[...] a construção de um outro Ideal de Ego. Um novo Ideal de Ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a História. Um Ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da História (Souza, p. 44)

RESSIGNIFICAR O PASSADO E CONSTRUIR OUTRAS MEMÓRIAS



Pensamos que uma questão crucial para a população negra, no que tange à saúde mental, seja cuidar da memória, isto é, da reconstrução histórica do passado. E isto pode ser feito em duas frentes:

- **a nível individual**, privilegiando as experiências em família, incentivando a busca de informações sobre os antepassados, de onde vieram; onde trabalharam; quais as ocupações e profissões mais comuns, as festas, as manifestações religiosas e culturais. Principalmente positivando as conquistas, mostrando o quanto deram de si para melhorar as condições de vida, por exemplo. Tenho observado no meu trabalho que recorrer às experiências familiares, nas quais é possível reconhecer traços da ancestralidade africana – expressos nos modos particulares de cuidado com as crianças, com as mulheres, com os mais velhos e nas manifestações culturais – tem contribuído para aumentar a autoestima dos que buscam tratamento, queixosos de incapacidades de várias ordens, inclusive a intelectual. E obviamente falar das vivências de discriminação e preconceito, que atualmente tem sido expressamente colocado como o motivo para a busca de atendimento psicológico. Romper o silêncio é mais do que necessário, é urgente. Ir paulatinamente, na medida do possível, na busca de informações sobre a experiência da escravidão junto aos mais velhos, o que por certo não é tarefa fácil, mas necessária. Uma dor que não foi cuidada, uma ferida que não foi tratada adocece todo o corpo e por extensão o seu entorno. Aqui reside um grande desafio. Como já exposto anteriormente, o silenciamento imposto à população negra constitui um dos mais importantes mecanismos de dominação porque ao impedir o resgate da memória, dificulta-se o olhar crítico sobre a realidade e facilita a disseminação de preconceitos e estereótipos sociais e raciais.

- **a nível coletivo**, a partir da militância política, na atuação nos movimentos sociais, em especial, no movimento negro, enfim nos espaços em que se sinta valorizado e identificado com os demais participantes e onde tenha oportunidade de reconstruir sua história. Nesse sentido, ações como a implementação de fato das Leis 10639/03 e 11645/05 – que dispõem respectivamente sobre história e cultura afrobrasileira e indígena, são importantíssimas para que a população negra se aproprie positivamente do passado (memória) que lhe foi roubado e tenha sua autoestima restituída.



Urge que sejam introduzidos conteúdos no ensino de História, desde as séries iniciais, que levem em conta a grande diversidade cultural de nossas crianças, já que a maioria dos livros didáticos pouco tem a oferecer em termos de uma abordagem menos racista com relação à participação dos africanos na formação da sociedade brasileira.

Cabe aqui a proposta de um amplo debate, em termos educacionais, sobre o preconceito, as práticas discriminatórias e maneiras de superá-los, pois a escola é um núcleo estruturante formador de futuros adultos. Além disso, creio ser uma importante contribuição a educação formal enfatizar as nossas raízes nos currículos e reconstruir a história do processo de formação do povo brasileiro, não mais sob a ótica branca oficial, mas com uma visão mais abrangente (Ferreira 2002, p. 81).

É fundamental que sejam fornecidos aos estudantes – negros e brancos – informações menos carregadas de preconceitos.

De igual modo assegurar o cumprimento da Lei 12711/12- Lei de Cotas nas universidades, e da Portaria 992/09 do Ministério da Saúde – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), são fundamentais para corrigir grandes distorções na garantia de acesso aos bens e serviços. A primeira porque a entrada de estudantes negros/as, além de apontar para a entrada em cena de profissionais negros/os em áreas tradicionalmente ocupadas por brancos/as, tem contribuído para problematizar os currículos construídos a partir do ponto de vista eurocêntrico e exigir a abertura para outras epistemologias. A segunda porque representa uma conquista dos movimentos negros, com destaque para a atuação das mulheres negras, no sentido de comprometer o Estado brasileiro no reconhecimento do racismo e das desigualdades étnico-raciais como determinantes das condições de saúde e assim garantir maior equidade no que concerne à efetivação do direito humano à saúde.

FINALIZANDO A CONVERSA

Cabe, portanto, considerar que ainda falta muito para reverter a situação acima descrita; a negação do racismo persiste, assim como o predomínio certa versão da História do Brasil sobre a presença e atuação dos negros na construção do país. A maioria das informações ainda remete ao contexto de produção de saberes sobre os chamados elementos formadores do povo brasileiro, na qual o negro é costumeiramente visto como escravo, como mero cumpridor de ordens e seu saber é continuamente “desqualificado em função de outros interesses e racionalidades.” (Chalhoub, 1996, p.



169). De um modo geral, “não se credita a ele (escravo ou liberto) a invenção de modos de vida ou intervenção sobre os costumes, e tampouco é visto como ser capaz de pensar sobre a sua própria condição” (Nascimento, 2003, p. 31). Nas palavras de Cunha: “associou-se à ideia do escravo, a do africano e do negro, como sinônimos e a estes apenas a ideia do escravo como fator de produção” (Cunha, 2001, p. 59) de sorte que, se depender tão somente das informações constantes nos manuais didáticos, pouco se tem sobre nossa história, cujo desenrolar, sem dúvida, comportou o trabalho escravo, porém, a relação que havia entre escravizados, libertos e homens livres foi bastante intensa (Gomes, 1996)⁴. Muito se construiu no sentido de um intercâmbio de saberes e de produção de modos de vida, além da participação conjunta em irmandades, quilombos, festas etc. Há ainda que levar em conta que a história do povo brasileiro é também uma história de lutas, revoltas e insurreições, algumas delas protagonizadas por escravos sublevados. É a chamada história dos vencidos, costumeiramente desqualificada e posta no esquecimento, em função da veiculação de informações que tem o objetivo claro de produzir a impotência e a submissão.

Para encerrar, “o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir” (Fanon, 2008, P. 95). E isso pode ser alcançado mediante a identificação das origens desse dilema que certamente não é da responsabilidade dos indivíduos isoladamente, mas efeito do modo de subjetivação que emergiu com o expansionismo europeu e que se atualiza continuamente, pela manutenção das desigualdades sociais que no Brasil tem um caráter eminentemente racial. Dito de outro modo: Urge desfazer-nos das representações que nos foram impostas pela subjetivação dominante, entendendo que, embora tal dilema se dê na existência particular de cada um, o mesmo diz respeito a uma construção que é social. Sendo assim, é no coletivo que ele deve ser colocado, discutido e os membros desse coletivo chamados a problematizar e desconstruir sua produção.

REFERÊNCIAS

⁴O autor faz referência à existência, de uma complexa rede social, a qual denominou “campo negro”. Uma rede que podia envolver, em determinadas regiões escravistas brasileiras, inúmeros movimentos sociais e práticas socioeconômicas em torno de interesses diversos. O “campo negro”, construído lentamente acabou por se tornar palco de luta e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciaram os mundos da escravidão.



ARTICULAÇÃO CONTRA O RACISMO INSTITUCIONAL E INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE (org.). *Identificação e Abordagem do Racismo Institucional*. DFID. Brasília, 2007.

BASTOS, J. R. B. O lado branco do racismo: a gênese da identidade branca e a branquitude. In *Revista da ABPN* • v. 8, n. 19 • mar. 2016 – jun. 2016, p. 214.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo SP, 2005.

CHALHOUB, S. Medo branco de almas negras: escravos e libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. In: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Ano 1, n. 1, 1996, p. 169.

COIMBRA, C.B. “Operação Rio: o mito das classes perigosas”. Niterói: Intertexto; Oficina do Autor: Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, J. F. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade no negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CUNHA, H. Etnia afrodescendente e o ensino de História do Brasil. In: MARTINS, J. & LIMA, M. J. R. (Org.) *Educação, etnias e combate ao racismo*. Cadernos de Educação, n 3. Março 2001, p. 59

FERREIRA, R. F.. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. In: *Psicologia & Sociedade*; 14 (1), jan./jun.2002, p. 81.

GONÇALVES FILHO, J. M. A Dominação Racista: O Passado Presente. In KON, N. M. et al. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017

HAMPATÉ BÁ, A. A tradição viva. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acessado em: 20 de Janeiro de 2017.

KILOMBA, Grada. “The Mask” (A Máscara). Tradução de Jéssica Oliveira de Jesus. In *Cadernos de Literatura e Tradução*, n 16, 2014, p. 172.

LOPES, N. Malês: o Islã negro no Brasil. In NASCIMENTO, E. L. (Org.) *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, E. L. (Org) *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

NASCIMENTO, M. C. *Considerações sobre racismo e subjetividade: problematizando práticas/desnaturalizando sujeitos e lugares*. Dissertação (Mestrado Psicologia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

_____. *Memórias silenciadas: devoção e cultura na Irmandade de São Benedito de Angra dos Reis*. Monografia (Especialização: Raça, Etnias e Educação no Brasil) UFF. Niterói RJ, 2003.

SILVA, M. R. Reflexos da diáspora africana no Brasil. In NOGUEIRA, J. C. *História dos trabalhadores negros no Brasil*. V. 1. São Paulo: CUT, 2001, p. 20.



SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Recebido em outubro de 2017
Aprovado em janeiro de 2018
182